

n.º 51/2005, de 30 de agosto, e ainda dos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo,

O Conselho Diretivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP, delibera delegar nos Diretores Regionais do IMT, I. P., a faculdade de prorrogação do prazo prevista no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 181/2012 de 6 de agosto.

3 de agosto de 2016. — O Conselho Diretivo: *Eduardo Elísio Silva Peralta Feio*, presidente — *Ana Isabel Silva Pereira de Miranda Vieira de Freitas*, vogal.

209812935

## JUSTIÇA

### Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.

#### Aviso n.º 10534/2016

No uso da Delegação de Competências que me foi conferida pelo Despacho (extrato), n.º 6923/2016, publicado no D.R., 2.ª série, n.º 101 de 25 de maio de 2016, faz-se público de que nos termos do disposto nas disposições conjugadas da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e do disposto no n.º 5 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à sobredita Lei, que por despacho do Senhor Presidente do Conselho Diretivo deste Instituto datado de 7 de junho de 2016, foi homologada a ata que contém o relatório da avaliação final da conclusão com sucesso do período experimental da trabalhadora Mariana Sofia Ribeiro Ferreira, recrutada de entre diplomados da 15.ª edição do curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP), para a ocupação de um posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com este Instituto, com a classificação final de 18 valores, sendo o tempo de duração do referido período contado para efeitos da atual carreira e categoria.

16 de agosto de 2016. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Vanda Simões*.

209811525

#### Aviso n.º 10535/2016

No uso da Delegação de Competências que me foi conferida pelo Despacho (extrato), n.º 6923/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 101 de 25 de maio de 2016, faz-se público de que nos termos do disposto nas disposições conjugadas da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e do disposto no n.º 5 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à sobredita Lei, que por despacho do Senhor Presidente do Conselho Diretivo deste Instituto datado de 7 de junho de 2016, foi homologada a ata que contém o relatório da avaliação final da conclusão com sucesso do período experimental da trabalhadora Ana Teresa Costa Galveia, recrutada de entre diplomados da 15.ª edição do curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP), para a ocupação de um posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com este Instituto, com a classificação final de 18 valores, sendo o tempo de duração do referido período contado para efeitos da atual carreira e categoria.

16 de agosto de 2016. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Vanda Simões*.

209811614

### Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

#### Deliberação (extrato) n.º 1306/2016

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., de 04 de fevereiro de 2016, foi mantida a comissão de serviço, da Licenciada Paula Cristina de Oliveira Gonçalves Coelho, técnica superior do mapa de pessoal do IRN, I. P., como Diretora do Departamento Financeiro, no cargo de direção intermédia de 1.º grau, com efeitos a contar de 01.05.2016, nos

termos do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, por último alterada pela Lei n.º 128/2015, de 03 de setembro (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

8 de agosto de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo, *José Ascenso Nunes da Maia*.

209813842

#### Deliberação (extrato) n.º 1307/2016

Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., de 12 de maio de 2016, foi designado, em regime de substituição, para exercer o cargo de coordenador do Gabinete de Controlo de Gestão e Relações Externas deste Instituto, cargo de direção intermédia de 2.º grau, o licenciado João Carlos Fernandes Tavares de Pina, técnico superior do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., com efeitos a contar de 12.05.2016, e enquanto durar o impedimento do titular, nos termos das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 20.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, por último alterada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

12 de agosto de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo, *José Ascenso Nunes da Maia*.

209813729

## JUSTIÇA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR E ECONOMIA

### Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P.

#### Aviso n.º 10536/2016

Por despacho de S. Ex.ª a Secretária de Estado da Justiça de 3 de agosto de 2016 e nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 10.º do regulamento da prova de aptidão publicado como anexo à Portaria n.º 1200/2010, de 29 de novembro, publica-se, após homologação, a lista dos candidatos aprovados na prova de aptidão para Agente Oficial da Propriedade Industrial, publicitada através do Aviso n.º 6574/2015, de 15 de junho:

Diogo Xavier Santos de Abreu Barata  
Evangelino Marques Ribeiro  
Fábio Alberto de Sousa Ribeiro  
João Francisco da Cruz Pereira de Sá  
João Manuel Marcelino Dias Zambujal de Oliveira  
João Pereira Cabral  
Lígia Maria Arruda Gata Gonçalves  
Luís Maria Bleck da Silva de Sommer Ribeiro  
Miguel Antunes de Resende  
Pedro José Espanca Bacelar  
Saulo Emanuel Vigário Chanoca

17 de agosto de 2016. — A Presidente do Júri, *Maria Leonor Mendes da Trindade*.

209813631

## CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR, AMBIENTE E MAR

### Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

#### Declaração de retificação n.º 853/2016

Faz-se público que, por meu despacho de 16/08/2016, retifico os pontos 2 e 5 e adito a alínea e) ao ponto 10.2 do Aviso n.º 7419/2016, de 14 de junho, publicado no *Diário da República*, n.º 112, Série II, de 2016-06-14, nos termos a seguir propostos:

Onde se lê:

«2 — As disposições legais aplicáveis são as seguintes: Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de abril com as alterações introduzidas pela Lei n.º 157/99, de 14 de setembro, conjugada com o ponto 4 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril.»;

«5 — Ao concurso podem ser opositores os candidatos que se encontrem nas condições previstas no n.º 1 do artigo 10.º, do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de abril, e que sejam titulares do grau de doutor em bioquímica, biologia molecular e genética, ou área científica